

Documento foi divulgado nesta sexta-feira (20), durante evento com a presença de representantes do Ministério da Saúde, profissionais de saúde, especialistas da área e sociedade civil

O Ministério da Saúde divulgou, nesta sexta-feira (20), o Relatório Nacional sobre a Demência: Epidemiologia, (re)conhecimento e projeções futuras, que conta com dados epidemiológicos, risco, subdiagnóstico e estigma dessa condição. De acordo com o estudo, cerca de 8,5% da população com 60 anos ou mais convivem com a doença, representando um número aproximado de 2,71 milhões de casos. Até 2050, a projeção é que 5,6 milhões de pessoas sejam diagnosticadas no país. As informações foram anunciadas durante evento realizado na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Brasília.

Além do documento, que trouxe recomendações essenciais para o aprimoramento das políticas e práticas do cuidado às pessoas com demência, um fluxograma de identificação da demência na [Atenção Primária à Saúde \(APS\)](#) também foi apresentado. O objetivo é apoiar a qualificação de profissionais de saúde generalistas, promovendo o diagnóstico oportuno com abordagem multidisciplinar na atenção primária.

O secretário-adjunto de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Jérezey Timóteo, ressaltou a importância da elaboração do relatório em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “Esse trabalho conjunto é uma grande oportunidade para conhecer a realidade da população brasileira e os fatores de riscos modificáveis. A atenção primária tem um papel chave, na qual podemos atuar no processo de promoção, prevenção, diagnóstico oportuno e, por fim, articular com a atenção especializada para um cuidado específico”, observou Timóteo.

Para a execução do relatório, especialistas das cinco regiões do país se reuniram para debater os dados disponíveis sobre as demências no Brasil. Após a análise dos materiais, o estudo concluiu que a doença é mais prevalente entre as mulheres, com 9,1% dos diagnósticos. Dentre os homens avaliados, foram evidenciados 7,7% de casos. As variações regionais oscilaram de 7,3% no Sul a 10,4% no Nordeste.

[Confira a íntegra do Relatório Nacional sobre a Demência: Epidemiologia. \(re\)conhecimento e projeções futuras](#)

Fatores de risco e estigma

Cerca de 45% dos casos de demência poderiam ser prevenidos ou retardados. A explicação para essa estimativa são fatores modificáveis como baixa escolaridade, perda auditiva, hipertensão, diabetes, obesidade, tabagismo, depressão, inatividade física e isolamento social. Por isso, a promoção da saúde ao longo da vida é essencial no trabalho de prevenção.

Outro fator importante é o estigma associado à doença, impactando diretamente e negativamente na busca pelo diagnóstico e tratamento, na qualidade de vida das pessoas com demência e seus cuidadores, e na integração social daqueles que vivem nessa condição. Esse aspecto reforça a necessidade da conscientização pública sobre a doença, a implementação de políticas públicas e o fortalecimento no apoio aos cuidadores e familiares.

Dados do Renade

Em dezembro do ano passado, o Ministério da Saúde divulgou dados sobre o financiamento do [Relatório Nacional sobre Demências no Brasil \(Renade\)](#), por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Sectics). O documento reuniu as estimativas das necessidades de cuidado das pessoas com demência atendidas no SUS nos diferentes estágios da doença, levando em consideração as diferenças regionais do país.

Para produzir o relatório, a pasta repassou R\$ 853 mil, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (ProadiSUS). No mês passado, foi aprovado um montante de R\$ 7,8 milhões para o investimento no projeto entre 2024 e 2026.

Atualmente, 70% dos idosos no Brasil dependem exclusivamente do SUS. De acordo com o Renade, o custo médio mensal – direto e indireto – por pessoa com demência aumenta de acordo com a progressão da condição. No total, o investimento da saúde pública representa 91% no estágio inicial, 92% no moderado e 84% no avançado. Vale lembrar, ainda, que 73% dos custos envolvem os familiares dos pacientes.

Fonte: Ministério da Saúde, em 20.09.2024